

Condição Camponesa no Brasil: a Prática da Luta pela Terra como Processo Educativo

Peasant Condition in Brazil: the Practice of the Struggle for Land as an Educational Process

Diogo Marques Tafuri^{*a}; Luiz Gonçalves Junior^b

^aUniversidade Federal de São Carlos, SP, Brasil.

^bUniversidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, SP, Brasil.

*E-mail: diogotafuri@gmail.com

Resumo

Neste artigo se discute a luta pela terra, enquanto prática social geradora de processos educativos, situando-a no contexto específico das experiências de agricultores viventes no Assentamento Santa Helena, localizado no meio rural de São Carlos, município do interior do Estado de São Paulo. Para tanto, fundamenta-se teórica e conceitualmente o eixo analítico desta perspectiva de produção de conhecimento, a partir das categorias práticas sociais e processos educativos, entendendo que as práticas sociais vivenciadas cotidianamente pelos seres humanos se constituem, enquanto práxis essencialmente intersubjetiva, geradora de processos educativos, que se projetam no tempo-espaço, a partir de situações gnosiológicas problematizadoras da realidade social. De forma específica, busca-se compreender a diversidade das experiências observadas no contexto das relações estabelecidas pelos agricultores com a terra de trabalho ao longo de suas distintas trajetórias de vida, historicamente condicionadas pelas formas concretas de apropriação e distribuição com que se objetifica a estrutura fundiária no Brasil. Por meio da análise fenomenológica dos dados de campo, obtidos pelas entrevistas realizadas com agricultores/as assentados/as por programas estatais de reforma agrária, argumenta-se que tal condição institui experiências educativas que se expressam no interior do processo de produção e reprodução social capitalista brasileiro, por meio de situações de expropriação, marginalização e exploração de um lado, e de luta e resistência, de outro.

Palavras-chave: Práticas Sociais. Educação Camponesa. Questão Agrária Brasileira.

Abstract

In this paper, the struggle is discussed for land as a social practice that generates educational processes, situating it in the specific context of the farmers' experiences living in Santa Helena settlement, located in the rural area of São Carlos, in the state of São Paulo. In order to do so, the analytical axis of our knowledge production perspective is theoretically and conceptually based from the social practices and educational processes categories, understanding that the social practices experienced daily by human beings constitute essentially as an intersubjective praxis, generating educational processes projected in time-space from problematic gnoseological situations of social reality. Specifically, it was aimed to understand the diversity of experiences observed in the relationships established by farmers with the work land throughout their different life trajectories. Historically conditioned by concrete forms of appropriation and distribution in which the landownership structure is objectified in Brazil. Through phenomenological analysis of field data, obtained through interviews with farmers settled by state agrarian reform programs, it is argued that this condition institutes the educational experiences that are expressed within the Brazilian capitalist social production and reproduction process, through situations of expropriation, marginalization and exploitation in one side, and struggle and resistance in the other.

Keywords: Social Practices. Peasant Education. Brazilian Agrarian Issue.

1 Introdução

Discute-se, neste artigo, o fenômeno da luta pela terra como meio de vida e condição camponesa no Brasil, constituindo-se enquanto prática social geradora de processos educativos que conformam formas de ser e de agir ao mundo das pessoas que nessa estão envolvidas. Tal condição institui experiências individuais e coletivas que, para agricultores/as assentados/as por programas estatais de reforma agrária, se expressam no interior do processo de produção e reprodução social capitalista brasileiro, por meio de situações de expropriação, marginalização e exploração de um lado, e de luta e resistência, de outro. Destarte, busca-se compreender a dimensão educativa das práticas camponesas com a terra

de trabalho ao longo dos distintos percursos históricos dos sujeitos, condicionados que foram pelas formas concretas de apropriação e distribuição com que se objetificou a estrutura fundiária brasileira e, assim, também pelo modo de manifestação das relações de trabalho, em cada contexto espaço-temporal específico.

Enquanto fenômeno ontológico, o processo de educação humana pode ser compreendido, a partir de duas dimensões distintas e mutuamente constitutivas de suas formas de manifestação: uma relativa à formação anímica dos indivíduos, a qual se relaciona com a experiência de significação do mundo cultural e de constituição de suas identidades individuais e coletivas; outra representada pelo sentido e direção concretos

assumidos pelos processos sociais e que constituem, historicamente, uma realidade objetiva comum. Se a primeira dimensão se refere, conforme Larrosa-Bondía (2002, p.27), ao saber da experiência, que revela ao ser humano “entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude”, pela segunda se toma a tensão existente entre os níveis subjetivo e intersubjetivo, do qual resultam as condições históricas que mediatizam as relações sociais. Como as significações sociais podem ser compreendidas de diferentes modos pelos indivíduos, a partir das relações intersubjetivas que permeiam tal entendimento, o ato de educar se configura como próprio a cada pessoa, ainda que seja uma ação criativa tão individual quanto social.

Destarte, busca-se investigar, em acordo com Oliveira *et al.* (2014), processos educativos presentes em práticas sociais, construídas nas relações tecidas entre as pessoas, entre estas e sua comunidade de pertencimento, bem como entre pessoas e grupos, grupos entre si, e nas relações existentes entre tais agrupamentos e o todo social tomado de maneira mais ampla. Para as/os autoras/es, o conceito de práticas sociais remete ao processo de constituição (criação e recriação) de identidades, valores, atitudes e na produção-reprodução de relações de significados, visto que nelas, as pessoas expõem modos de ser, pensar, agir, perceber experiências produzidas na vida, no estudo de problemas/dificuldades, com o propósito de entendê-los e resolvê-los” (OLIVEIRA *et al.*, 2014). Assim, as práticas sociais também estão inexoravelmente situadas no tempo-espaço, ou melhor, são essas mesmas geradoras deste tempo-espaço, pois decorrem de uma construção realizada pelos seres humanos em sua relação histórica e existencial ao mundo (MERLEAU-PONTY, 2006).

É no bojo desta relação permanente de constituição recíproca entre seres humanos-mundo que se pode compreender o processo de humanização e a historicização do mundo enquanto processo educativo, visto que a própria concepção de prática social enquanto práxis revela, na dialética estabelecida entre ação-reflexão transformadora, o retomar reflexivo pelos quais as pessoas podem transcender a si mesmas e ao mundo. Para Freire (2011) aí se encontram as raízes da educação, como manifestação exclusivamente humana. Na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. A educação um que-fazer permanente. na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.

Reconhece-se, portanto, na abrangência e permanência dos processos educativos vivenciados pelas pessoas em práticas sociais espaço-temporalmente situadas, uma condição existencial comum e inerente a todos/as e a cada um. Entende-se que a educação é forjada de maneira processual em práxis intersubjetiva do sendo-com-outrem-ao-mundo-sendo, “temporalização do eu e do mundo num mesmo processo em que juntos se constituem e reconstituem, respondendo ao destino de seu encontro originário” (FIORI, 2014, p.89).

Considerando o caráter inacabado da experiência humana e da construção histórica, encontra-se nas intencionalidades presentes no envolvimento de uma população camponesa marginalizada em processos de resistência e disputa pela posse da terra, em seu desejo de permanência ou de regresso a essa, elementos essenciais para compreensão dos modos de manifestação do fenômeno da luta pela terra no Brasil, tendo na organização coletiva dos movimentos reivindicatórios em prol da reforma agrária uma de suas formas de expressão contemporâneas mais importantes. Constituíram-se, assim, experiências individuais e coletivas de luta, que foram sendo intrinsecamente costuradas com as diferentes trajetórias de vida das pessoas do campo, engendrando a ocorrência de processos educativos que, para além das experiências expressas por suas distintas realidades de ação e dominação, foram capazes de gerar e instituir identidades, valores e atitudes por elas partilhados.

Situa-se, historicamente, a prática social da luta pela terra a partir da perspectiva que reconhece a persistência contemporânea de uma colonialidade da natureza latino-americana, a qual remete ao processo original de imposição de uma matriz de relações de poder de cunho constitutivamente colonial, iniciado em fins do século XV com a invasão do território pelos europeus. Tal evento alterou profundamente os equilíbrios, até então existentes, nas relações estabelecidas entre os povos originários e seu meio natural, tomado tanto em sua realidade biofísica (diversidade de ecossistemas), quanto em relação à configuração territorial (dinâmica sociocultural de interação e significação humana do ecossistema) (ALIMONDA, 2011).

Manifestando, de modo tenso, formas de uso da terra concorrentes entre si, visto que a lógica rentista do capital agrário tem apresentado modos de apossamento que limitam e subordinam a reprodução social camponesa, indígena e de povos africanos escravizados, a reprodução ampliada do capital na agricultura brasileira requereu não apenas a alienação e apropriação do trabalho humano sob a forma de mais-valia (realizada posteriormente na esfera da circulação de mercadorias), mas também a apropriação de outro instrumento fundamental de produção, a terra, a qual pôde ser subordinada e apropriada pelo capital mediante sua transformação em mercadoria e do pagamento de uma renda pela sua utilização, a renda da terra, visto que “a expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital” (MARTINS, 1981, p.177).

Dentro desta conjuntura agrária colonizada, a modernização agrícola conservadora ocorrida no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, representou o ponto de inflexão recente mais significativo do movimento de expansão do capitalismo na agricultura brasileira, marcado pelo “[...] processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária” (DELGADO, 2012, p.91). Tal pacto de Economia

Política, forjado desde o período do regime militar brasileiro ocorrido entre os anos 1964 e 1985, implicou na intensificação do processo de industrialização da agricultura no país, ao mesmo tempo em que uma população rural marginalizada emergiu como resultado do desenvolvimento obtido pelas lavouras comerciais e especulativas ao largo da história, enquanto consequência das formas precárias de trabalho e de acesso ao uso e posse da terra.

Constituíram-se, assim, vítimas históricas de processos violentos de expropriação e subordinação política e econômica no campo, manifestados no contexto da concentração da propriedade fundiária e da superexploração da mão-de-obra rural e urbana próprios deste país. Considerando tais enunciados, o fenômeno da luta pela terra no Brasil tem se apresentado como elemento significativo fundante e comum, em termos materiais e simbólicos, à constituição da condição camponesa no país, ensejando contraprocessos de resistência política que culminaram, entre outras conquistas, com a constituição de assentamentos rurais.

Partindo de tal contextualização histórica, o presente trabalho tem por objetivo discutir os processos educativos experienciados por agricultores viventes em um assentamento da reforma agrária do município de São Carlos/SP, no seio dos movimentos dinâmicos e contingenciais de seus distintos percursos de luta e resistência pela terra, os quais foram por eles/as expressos nos discursos proferidos acerca do tempo passado e contemporâneo, em narrativas construídas no presente em relação à integralidade histórica de suas distintas trajetórias de vida.

2 Material e Métodos

O foco analítico de pesquisa se voltou para a compreensão das experiências de luta pela terra vivenciadas, historicamente, por agricultores/as residentes no “Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena”, assentamento implementado no município de São Carlos/SP, em 2005, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual viabilizou a cessão de uso de lotes com aproximadamente 5,4 hectares para 14 famílias de agricultores/as. Entre os meses de junho e julho de 2017, após dois anos de convívio com os/as trabalhadores/as assentados/as e de aproximação gradativa com a realidade do assentamento, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com uma pessoa de cada propriedade familiar de produção orgânica do assentamento. Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (parecer n.1.999.809), todos os participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando formalmente a utilização dos dados registrados.

Para análise das descrições obtidas acerca do referido tema, bem como sua posterior formulação na forma de compreensões significativas sobre a estrutura do fenômeno

estudado, foram percorridos dois momentos distintos e conjugados da análise fenomenológica, o ideográfico e o nomotético, realizando o reagrupamento de constitutivos relevantes do fenômeno interpretado a partir da depuração, proporcionada pelas leituras das entrevistas, de categorias gerais relevantes. Tal exercício foi realizado por meio do levantamento e interpretação das unidades de significado identificadas nas descrições de campo (análise ideográfica) e do reconhecimento de seus aspectos convergentes e divergentes (análise nomotética), possibilitando o desvelamento de uma perspectiva do fenômeno (GARNICA, 1997; MARTINS; BICUDO, 1989).

A seguir, propõe-se a discussão das categorias compreensivas elaboradas acerca de processos educativos relacionados à infância comum de roça e às trajetórias migratórias e de trabalhos temporários vivenciados no campo e na cidade pelos/as agricultores/as assentados/as (gente que veio da terra); suas participações em movimentos coletivos de luta pela terra, no tocante às violências vivenciadas em tal processo, e também de condições existenciais características das formas de reprodução da vida familiar nos acampamentos de trabalhadores/as sem-terra (não é fácil enfrentar lona); às relações estabelecidas, atualmente, pelos/as agricultores/as com a terra de trabalho, pelas quais buscam recriar um ambiente propício para o desenvolvimento da vida humana com a natureza, em meio a uma série de constrangimentos sociais (devolver a saúde para terra). Por fim, são tecidas considerações que apontam para o imbricamento existente entre a prática da luta pela terra como meio de vida e o processo de educação humana, o qual manifesta a indissociabilidade entre a experiência humana de significação do mundo cultural, e os sentidos e as direções objetivas assumidas pelos processos sociais, que constituem, historicamente, a realidade objetiva comum.

3 Resultados e Discussão

3.1 Gente que veio da terra

A formulação da categoria *gente que veio da terra* pretende indicar, em uma perspectiva temporal, a raiz campesina que se constituiu enquanto matriz inicial das distintas experiências de vida dos sujeitos aqui considerados. O conjunto de agricultores assentados/as no PDS Santa Helena nasceu no Brasil entre os anos de 1943 e 1971, sendo naturais dos Estados da Bahia, Paraná e Minas Gerais. Em comum, em suas trajetórias de vida, a origem da vida no campo, o trabalho na roça quando criança, a partida de sua terra natal, as constantes migrações, o ingresso na luta pela terra, o regresso à terra de trabalho.

Historicamente, aprender a vida da roça implicou, a estas pessoas, a constituição e a formulação de uma percepção integrada desta vivência na infância, em que os processos educativos foram se erigindo de modo atrelado: I) às possibilidades concretas de acesso à posse da terra e ao estabelecimento de suas famílias no campo, condição

fundamental para instituição da terra de trabalho; II) à forma de reprodução familiar proporcionada pelo trabalho produtivo visando o autoconsumo; III) à valoração positiva do trabalho na terra do qual tiravam seu sustento, advindo, disso, o gosto e o prazer pelo trabalho aprendido.

Sob um primeiro aspecto, o ato de aprender a vida da roça foi forjado pelas experiências vivenciadas a partir de certas condições de vida na roça. Foi no seio de cada realidade histórico-social situada que foram se erigindo os processos educativos decorrentes das práticas sociais vivenciadas na infância, no meio rural, processos que se apresentaram, fundamentalmente, a partir da possibilidade de transmissão de conhecimento geracional proporcionado pela forma com que se estruturava e organizava o trabalho familiar no manejo produtivo da terra: “Meu pai seguia na frente com a enxada e nós atrás com a enxadinha. Com seis anos, todos nós tínhamos as enxadinhas. Todos” (VII)¹. Conforme sugere a fala citada, o arranjo do trabalho efetivado no meio rural em meados da década de 1960 envolvia, em muitos casos, a participação de pais, mães, filhos, filhas e demais integrantes da família, ainda que conformado a partir de uma divisão sexual e etária condicionante do tipo de atividade passível de ser realizada por cada um dos integrantes do arranjo.

Esta estrutura formal da vida econômica no campo, baseada mais na relação de consumo daquilo que se pode produzir, por meio do trabalho, em detrimento àquilo que se pode comprar a partir da produção especializada de bens/serviços comercializáveis, engendrou uma diversidade de pratos, manejos e atividades no cotidiano de reprodução familiar manifestada pela variedade de saberes e habilidades que as pessoas, no meio rural, detinham neste período histórico.

Por conseguinte, condicionou as possibilidades de aprendizado das crianças inseridas na estrutura familiar de organização do trabalho, refletidas na qualidade dos processos educativos proporcionados pela ação doméstica de se matar um porco para retirar sua carne e sua banha, ou de se plantar, colher e moer o trigo para fazer a farinha que possibilitará o pão farto e a alegria na mesa do café da manhã ou da tarde, em comparação à subjetivação gerada a partir da satisfação material viabilizada pela aquisição de bens de consumo, em um mercado, marcado por relações impessoais monetizadas:

Todo lugar que a mãe ia fazer as coisas eu ia junto aprender. Hoje eu sei fazer tudo que minha mãe fazia. [...] Pão, farinha de trigo. Colhia o trigo. O grão de trigo. Meu pai levava na máquina que moía o fubá, moía o trigo também. [...] Aí chegava em casa, o que minha mãe fazia? Naquele tempo não tinha os fermentos, como tem hoje, que a gente vai ali e compra. Não. Era um fermento natural que ela fazia. Ela pegava os pães, amassava bem amassado. Colocava pra crescer. Depois de crescido, colocava na panela de ferro, no fogão de lenha. Colocava uma tampa ou lata por cima. Colocava brasa. E tirava as brasas pra ficar na quentura e formava o pão. [...] Uma delícia! Ela fazia esse pão pra gente

tomar café a tarde. Porque nós estávamos todos na roça. [...] E fomos criados nesse meio, aprendendo todas essas coisas (I)². A infância foi muito boa. Muito leite, muito queijo, muita fartura, muita carne. Tudo que tinha direito a gente tinha. Meu pai plantava de tudo. Arroz, feijão, milho. O milho ele levava no lugar que faz fubá. Ali ele trocava ou moía. Levava o arroz na máquina que limpava. Tudo arroz orgânico. O óleo, esses azeites, a gente não sabia o que era isso. Eu fui conhecer óleo e azeite aqui em São Paulo. Com 16 anos [...]. Porque era só banha que a gente usava. Meu pai matava aqueles porcos grandes, tirava a banha, enlatava e era isso que a gente comia. Então, essa infância, vou falar pra você. Acho que é isso que me puxou para a roça. Nunca esqueci que sempre queria morar no sítio (I).

Aprender a vida da roça significou, destarte, a construção de uma memória afetiva ligada à ideia de alegria, de festa, prazer, sossego, vida boa e tranquilidade àqueles que gozavam daquilo que a terra trabalhada então proporcionava. Nesta compreensão, tal significação não se encontra relacionada tão somente com a experiência infantil de roça tomada em si mesma, mas parte igualmente de uma valorização ressignificada em função de todo o caminho percorrido entre a saída do campo até o momento do regresso à terra de trabalho, concretizado por meio da participação na luta dos movimentos sociais camponeses. Isto ocorre, conforme foi possível perceber, em aprendizados relacionados ao enaltecimento da importância do trabalho agrícola para a reprodução social das famílias e ao amor pelo sustento direto tirado do trabalho na terra, aprendizados que permaneceram gravados, indelevelmente, em suas visões de mundo e que ajudam a compreender a condição atual de assentados.

Estas experiências e lembranças da infância, encarnadas em suas formas de ser no presente, percorreriam o transcurso de suas trajetórias de vida, associando-se, não sem tensão, com o movimento histórico de urbanização e financeirização das condições de reprodução social experimentado, especialmente, a partir da década de 1950, com a intensificação do processo de modernização capitalista brasileiro. Desse modo, o retorno à roça representaria, tempos depois, a possibilidade destes/as homens e mulheres voltarem a expressar seus gostos e saberes adquiridos ou, simplesmente, a expressarem o gosto pelo saber que se sabe:

Depois que a gente saiu do sítio, e foi morar na cidade, aí que a gente foi se deparar com as dificuldades. Bem pior do que a gente tinha no sítio. Porque na verdade, se a gente não arrumasse um serviço que fosse com a lavoura, trabalhar na roça... A gente não sabia fazer outra coisa. Depois de 18 ou 19 anos que eu fui fazer esse curso pra mexer em outra área. [...] O meu pai, nós moramos na cidade, mas o serviço que a gente fazia, porque em volta da cidade, era tudo sitiante, fazendeiro. Então a gente trabalhava para eles como diarista. Não era nem registrado, nada. Trabalhava e ganhava por dia. Todo final de semana recebia ali. Era coisa pouca, dava só pra comer mesmo. [...] Porque na cidade, tudo que você quiser comer, você tem que comprar. Abobrinha, arroz e feijão. [...] Agora, no sítio não. Se quiser comer uma verdura, uma horta,

1 Entrevista concedida por Silva, M.A.R. Entrevista VII (2017). Entrevistador: D.M.T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (70 min.).

2 Entrevista concedida por Ribeiro, L.A.T.. Entrevista I (2017). Entrevistador: D.M.T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (65 min.).

you ia lá e era só pegar. Se faltava uma mistura, você ia ali, pegava uma galinha, um porco. Na cidade, não. Na cidade é tudo mais dificultoso. Porque *a gente, que veio da terra*, o sonho da gente é ter um pedacinho da terra pra mexer na terra da gente mesmo (II)³.

Os aprendizados relacionados ao contraponto existente entre as formas de reprodução social das famílias possíveis no meio rural e urbano se manifestaram, nas trajetórias consideradas, especialmente, pelo modo como os/as agricultores/as puderam significar a distinção material e simbólica das diferentes qualidades do produto dos trabalhos gerados pelo desempenho de atividades produtivas nestes dois *locus* de vida. No campo, a possibilidade de estabelecimento (ainda quando instável) de uma relação mais perene com a terra, enquanto local de moradia e trabalho (seja pela posse ou por contratos de parceria e arrendamento) permitiu às famílias a realização dos plantios de subsistência da chamada lavoura branca⁴, instituindo um aprendizado acerca do valor positivo da viabilidade de obtenção desta forma de sustento direto. Na cidade, onde mais intensamente se manifestaram as relações econômicas monetizadas, a dificuldade de estabelecimento das famílias no mercado de trabalho urbano e rural (configuradas de acordo com cada contexto econômico regional, mas também pelas possibilidades de constituição prévia de redes de solidariedade pautada por laços pessoais e pelo nível de qualificação técnica e escolarização dos sujeitos) resultou, na maior parte dos casos, em condições de vida instáveis relacionadas à precária qualidade dos empregos obtidos ao longo dos movimentos migratórios.

Assim, entende-se que as experiências educativas do início de vida no campo destas pessoas marcaram não somente as escolhas e decisões passadas, que condicionaram o rumo de suas trajetórias construídas, posteriormente, e que culminariam, no futuro, com o ingresso em movimentos de luta pela terra. Mais ainda: tais experiências, sobrepostas àquelas experimentadas no contexto de inserção de suas famílias no meio urbano e da transitoriedade e precariedade dos trabalhos e dos meios de vida ali obtidos, sedimentaram-se profundamente na subjetividade dos/as agricultores/as, sendo pensadas até hoje enquanto elementos que tensionam suas compreensões sobre as condições presentes de vida encontradas no cotidiano do assentamento. Compreende-se, portanto, os movimentos de ingresso e participação dos/as camponeses/as em processos de luta pela terra, enquanto expressão da educação forjada até o momento de vida, em que puderam manifestar a intenção do regresso ao campo por meio de tal ação, destacando que os processos educativos construídos nestes percursos se referiram às variadas formas de conscientização do contraditório vivenciado no decorrer de suas experiências de roça e de cidade.

3.2 Não é fácil enfrentar lona

As compreensões propostas a seguir se referem à participação dos colaboradores/as desta pesquisa em movimentos coletivos e organizados de luta pela terra e aos processos educativos daí decorrentes. Este momento fundamental de suas trajetórias de vida esteve marcado pela coincidência temporal entre a intenção de cada um/a de retornar à terra de trabalho, após os anos de itinerância e de serviços precários vividos, de modo subalternizado, no meio rural e na cidade, e a possibilidade concreta de traduzir tal anseio nas respectivas ações de ingresso em movimentos de trabalhadores/as sem-terra.

Dada a conjuntura histórica de modernização capitalista das relações produtivas no campo e considerando seus impactos sobre a expropriação e a subordinação do campesinato frente às readequações impostas à estrutura fundiária e às relações de trabalho agrícola no Brasil, tais movimentos sociais passaram a atuar, politicamente, de forma mais estruturada, após os anos 1980, lutando pela implementação de políticas públicas voltadas para a reforma agrária e originando, desta forma, as condições objetivas para que milhares de pessoas pudessem vislumbrar a possibilidade de (re)conquistar um pedaço de terra, no qual pudessem plantar e viver com suas famílias.

De acordo com Fernandes (2001), a maioria dos assentamentos rurais criados no Brasil, a partir da década de 1980, foi resultado de ocupações de terras empreendidas por movimentos de luta, sendo que: “[...] a intensificação das ocupações de terra causou grande impacto político, de modo que os sem-terra passaram a ser os principais interlocutores, no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária” (FERNANDES, 2001, p.7). Apesar do princípio da função social da terra ser afirmado pela Constituição Federal de 1988, as decisões jurídicas que tomam por objeto os conflitos fundiários ocorridos no Brasil têm gravitado, de modo desigual e desde uma hermenêutica tendenciosa, entre o reconhecimento tácito da função social da propriedade, enquanto princípio fundamental do próprio programa constitucional de existência digna, concretizado através do trabalho e do bem-estar social, e a noção de propriedade, enquanto direito individual e absoluto, quase sempre em benefício desta última interpretação possível (ESCRIVÃO FILHO, 2011).

Assim, reconhecendo a ampliação da repercussão e do alcance social das mobilizações em prol da reforma agrária no Brasil, especialmente, após a mudança promulgada pela Constituição (BRASIL, 1988) acerca do estatuto da propriedade fundiária e a sua legitimação pelo cumprimento de sua função social, o autor indica que:

A ocupação é conhecimento construído nas experiências de luta popular contra o poder hegemônico do capital. É um

3 Entrevista concedida por Oliveira, J.M.S. Entrevista II (2017). Entrevistador: D.M.T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (72 min.).

4 Lavoura branca: lavoura que não é perene, precisa ser plantada todos os anos. Exemplo: milho, algodão, arroz etc.

processo socioespacial e político complexo desenvolvido como forma de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra (FERNANDES, 2001, p.3).

A categoria *não é fácil enfrentar lona* indica processos educativos gerados com as experiências vividas por camponeses/as nestes tempos-espacos de ocupações e acampamentos, referidos: I) à capacidade de resistência adquirida frente às diversas situações degradantes vivenciadas no decorrer do processo de luta pela terra; II) à audácia de renunciar às possibilidades imediatas e concretamente dispostas de reprodução da vida familiar, visando a conquista da terra; III) à forma precavida com que aprenderam a se relacionar com a vulnerabilidade das condições de vida nos acampamentos.

Não é fácil enfrentar lona. No tempo do calor. No calor! E quando dá temporal? Tem hora que você ficava no tempo, rasgava os plásticos tudo. Minha sogra tinha uma perua velha. A gente entrava com a família dentro da perua (III)⁵. Minha filha mais nova já estava com um mês de nascida. [...] Eu falava com os outros, eles falavam que estava arriscado lá, que era perigoso não sair. Que ia demorar um pouco. E pensei: Vou abandonar tudo pra ir pra lá, sem saber se vai dar certo ou não?. Era um tiro no escuro (II).

A polícia dava tiro em todo mundo. Matava as criações. Dava tiro. Soltava tudo. Nem os móveis deixaram trazer. Perdemos tudo, tudo, tudo. Até as roupas que tínhamos perdemos. Até a panela de frango que a mulher estava cozinhando perdemos. Não deu nem pra mulher acabar de fazer o frango. Perdemos tudo (III).

De acordo com a intencionalidade expressa pelo desejo de retorno ao campo e de obtenção da posse de terra, que lhe servisse de sustento, os/as colaboradores/as da pesquisa se educaram, nas ações coletivas de luta, por meio do sofrimento causado pela ausência das condições mínimas para a reprodução da vida nos acampamentos de trabalhadores sem-terra: precária qualidade das habitações, falta de saneamento básico, poucas opções de trabalho disponíveis e a exiguidade da renda financeira auferida por meio desse. Tais processos educativos se referem à capacidade de resistência adquirida pelos/as camponeses/as frente às situações degradantes vivenciadas, traduzida pela disposição de superação dos problemas decorridos de uma conjuntura marcada, permanentemente, por momentos de tensão e pressão psicológica, bem como pelo enfrentamento dos medos relativos aos possíveis agravos de tal experiência.

Aliada à perseverança em relação à busca pelo intento da conquista da terra, os processos educativos decorridos desta prática social incluíram ainda a audácia de renunciar às possibilidades imediatas e concretamente dispostas de reprodução da vida familiar no espaço citadino, em nome da expectativa de obtenção da terra, que se alçava em perspectiva incerta, ainda que objetivamente palpável (vide as ocupações

ocorrerem nas próprias terras em que se pretende promover o assentamento e da existência numerosa de latifúndios improdutivos passíveis de desapropriação). Em meio às dinâmicas de reprodução da vida familiar precariamente estabelecidas nos acampamentos, a ausência de oportunidades de trabalho e a impossibilidade de realização do plantio para consumo próprio resultaram, em muitos casos, na dependência em relação às ações de caráter assistencialista e mitigatório, proporcionadas pelo poder público, por entidades religiosas e, também, pelos atores sociais envolvidos com a organização política dos movimentos de luta pela terra.

No seio das experiências vivenciadas nos acampamentos de trabalhadores/as sem-terra, os/as agricultores/as colaboradores/as desta investigação conviveram diretamente com as consequências dos conflitos fundiários que, em período anterior ao ingresso em movimentos de luta, figuravam em seus imaginários apenas pela representação criminalizada e violenta construída pelas reportagens jornalísticas da televisão em relação a esta forma de organização política. Nesse sentido, o drama dos recorrentes despejos policiais ocasionados por decisões judiciais favoráveis à reintegração de posse, talvez, seja a experiência que melhor represente a instabilidade e a precariedade das condições de vida instauradas no processo de luta pela terra, pois traduz a liminaridade presente entre a vivência da esperança e o momento da descrença, entre a existência da perspectiva futura e a perda de rumo. É com base nesta instabilidade e precariedade que os sujeitos aprenderam a definir suas táticas para reprodução da vida familiar, buscando se resguardar minimamente da provável expulsão violenta a que teriam que se submeter frente às agressivas reações de classe advindas dos representantes do capital agrário.

“Até sair a terra” transcorre um longo tempo em que se desenrola o jogo de tentativa e erro das investidas dos movimentos sociais em direção àquelas propriedades passíveis de desapropriação pelo Estado para a implantação dos assentamentos rurais. Cada tentativa fracassada de ocupação promove uma reconfiguração dos coletivos envolvidos neste processo, o que abrange tanto a desistência de pessoas e famílias da busca por terra como a persistência de outras na procura pela propriedade rural, em que seria possível constituir o assentamento rural. Para os persistentes, este tempo de indefinição decorrido até a escolha do próximo latifúndio improdutivo a ser pleiteado (durante o qual se realiza o processo de reformulação dos membros dos grupos reivindicatórios) engendra o que se entende como a constituição de um não-lugar no mundo, dada a suspensão momentânea da referência espacial que possibilita qualquer movimento de retorno ou de partida frente à necessidade da procura por um novo rumo. Neste momento, emerge de modo fundamental a participação dos movimentos sociais e de suas lideranças políticas na orientação e direcionamento dos grupos constituídos, especialmente, em relação às propriedades nas

5 Entrevista concedida por Azevedo, S.A. Entrevista III (2017). Entrevistador: D.M.T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (23 min.).

quais haveria maior viabilidade de instauração do processo de desapropriação, evitando o equívoco da mobilização e ocupação desperdiçadas.

Entre os assentados, é nos tempos de lona preta que se encontra a legitimidade ética da conquista do lote em que continuarão a viver, possivelmente, o restante de suas vidas. Quando se indagou um dos agricultores se os tempos de acampamento haviam mudado alguma em sua vida, ele respondeu: “Na época, você estava acampado, estava sem destino. Hoje tem destino, tem firmeza de alguma coisa” (III).

3.3 Devolver saúde para a terra

A luta pela terra não finda com a conquista do lote e a formalização do assentamento rural por meio da concessão do direito de uso conferido pelo Poder Público aos/as trabalhadores/as sem-terra. Enquanto prática social geradora de processos educativos constituinte da experiência camponesa, a luta pela terra está indelevelmente inscrita na forma de ser e agir ao mundo dos/as agricultores/as participantes desta investigação, conforme foi possível perceber: I) pela valorização da possibilidade do sustento direto e da reprodução da vida familiar proporcionados pelo trabalho na terra, em contraposição à incerteza e precariedade das condições de vida citadinas; II) pela seriedade e força de vontade com que desempenham a labuta cotidiana, ensejada pela forma com que valorizam a luta que permitiu o regresso ao campo.

Ademais, enquanto experiência educativa, o fenômeno da luta pela terra encontra sua expressão final no processo continuado de recriação de constrangimentos sociais que caracteriza a condição dos assentamentos rurais contemporâneos. Tal condição se objetiva perenemente pela atuação insuficiente e, por vezes, negligente do Estado em relação ao provisionamento dos elementos necessários para constituição e consolidação de um novo assentamento no meio rural; pelas relações de tensão estabelecidas com a economia de mercado capitalista no que tange às formas possíveis de reprodução social nos assentamentos; pelas marcas de esgotamento da terra, da vida no campo e dos recursos naturais causados pela forma com que seu deu processo colonialista de reprodução ampliada do capital na agricultura brasileira.

A categoria *devolver saúde para a terra* registra intencionalidade nas práticas agrícolas empenhadas pelos/as agricultores/as participantes desta investigação, os/as quais escolheram promover em cada um de seus lotes no assentamento um modo de plantio orgânico, sem utilização de agrotóxicos e adubos sintéticos. Neste momento, o que se designa enquanto luta pela terra vai adquirir um sentido mais amplo, o qual não se restringirá à batalha pelo direito de obtenção ou sustentação de um pedaço de chão, cujo manejo possibilitará o alimento posto à mesa da própria família, mas remeterá simultaneamente ao zelo empreendido a partir do

cuidado amoroso com a terra, compreendida, enquanto bem natural indispensável tanto para produção agrícola quanto para a reprodução da fauna e da flora, ou seja, da vida na Terra. Devolver a saúde para terra assinala, igualmente, a responsabilização dos/as agricultores/as em relação à saúde de outrem, manifestada pela preocupação, compromisso e gosto com que produzem os alimentos que serão comercializados para consumidores/as diversos/as. Indicam, com isso, uma compreensão da vida e do trabalho do campo na qual saúde da terra e saúde das pessoas possuem mesma dimensão, de forma integrada e interdependente:

A gente espera que muitos, muitos produtores comecem a plantar orgânico. Porque, antigamente, quase não tinha câncer. [...] É difícil produzir orgânico? É! É uma batalha que você tem ali. É sacrificado, mas é prazeroso, porque você sabe que está produzindo coisas boas pra quem vai consumir. [...] A gente planta flores, pra atrair os insetos. Dá pra fazer. O custo está na mão de obra. Os insumos e compostos que você usa, são bem mais baratos que o adubo, mas é um processo demorado, longo, que vale a pena. Plantar flores e árvores pra devolver saúde pra terra. Além da vantagem dos filhos e netos crescer ali, sabendo que não pode fazer queimada, usar veneno (VI)⁶.

Dentro da conjuntura contemporânea de progressivo questionamento em relação à utilização desmedida de agrotóxicos e adubos sintéticos, bem como aos impactos ecológicos e para a saúde humana verificados, especialmente, nas últimas duas décadas (erosão e a perda da fertilidade dos solos, destruição florestal, dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade, contaminação dos solos, da água, dos animais, dos alimentos e dos seres humanos), os/as agricultores/as do Assentamento Santa Helena se investem na busca de práticas agrícolas orgânicas. Ainda que a indisponibilidade de recursos financeiros tenha sido, em alguns casos, um elemento de promoção inicial de um plantio sem a utilização de insumos industriais convencionais (dada a precariedade das condições de reprodução da vida vivenciadas no início do processo de constituição do assentamento), o cuidado com o próprio corpo, o zelo com o bem-estar da família e de outrem, e a preocupação com a saúde da terra foram se constituindo, enquanto princípios orientadores das ações de manejo e trabalho agrícola desempenhado pelos/as assentados/as em seus lotes.

Destarte, conforme se depreende das asserções recolhidas e analisadas, parte desta forma de se relacionar com a terra de trabalho foi apreendida e significada a partir do modo com que pais e avós realizavam, no passado, o manejo agrícola no campo. Para outros/as assentados/as, entretanto, a realização de um plantio orgânico não se encontrava enquanto possibilidade disponível em seus horizontes de escolha antes da chegada ao assentamento, dada a experiência pregressa de manejo agrícola essencialmente ligada à utilização indiscriminada de agrotóxicos, e visto o desconhecimento das consequências de tal procedimento para a saúde humana e ambiental.

6 Entrevista concedida por Duque, S.F. Entrevista VI (2017). Entrevistador: D.M.T. São Carlos, 2017. 1 arquivo .mp3 (112 min.).

No presente, a valorização da vida na terra promovida pelos/as assentados/as está ligada à possibilidade de realização de um trabalho que gera o alimento saudável para si e para os outros, mas também ao prazer e satisfação com que desempenham o próprio processo laboral agrícola, relativizando a importância do dinheiro em suas vidas sem negar-lhe sua função fundamental para a reprodução social da vida familiar na atualidade. No âmbito das significações propostas pelos/as agricultores com os/as quais se desenvolveu a pesquisa, foi possível perceber que eles/as compreendem o “viver bem da terra” enquanto “viver com pouco e com riqueza de saúde”, condição proporcionada pelo amor com que cumprem o trabalho do campo e com a garantia mínima de subsistência que esse propiciará.

Eu acho assim, que a pessoa precisa pra trabalhar, primeira coisa a pessoa tem que ter coragem, força de vontade e gostar [...]. A pessoa que não gosta da terra, chega e planta ali e quer que dê um milhão. Um monte. Não é assim. A terra, você tem que ir trabalhando com ela, com jeito. Com amor. Você tem que analisar tudo. Ver como ela está. Se está forte ou fraca. Plantar e esperar o retorno dela. Se ela te deu um retorno bom, bom. Se ela te deu um retorno ruim, você tem que aceitar também, porque a pessoa que não gosta, vê que não deu retorno que esperava, quer ir embora. [...] Porque pra mexer com lavoura, porque, ao mesmo tempo em que tem tudo a seu favor, tem tempo que tudo é contra. Você planta e tem que esperar a natureza. Se cai uma chuva pesada, tudo que você imaginou que ia colher, não dá. Essas coisas desanimam, mas isso aí tem que ser o de menos (II).

A partir da confrontação das experiências progressas com a realidade atual vivenciada no assentamento, ocorrida pela construção cotidiana de suas compreensões acerca das relações objetivas, subjetivas e intersubjetivas do trabalho agrícola com os demais seres vivos, os/as assentados/as aprenderam a significar o trabalho na roça e a temporalidade envolvida nesta relação prático-produtiva de provimento do sustento por seu intermédio, assim como os atributos valorizados para a permanência das pessoas no campo. Desse modo, ainda que reconheçam nos aprendizados do passado uma condição facilitadora para lidar com experiência presente, os/as agricultores/as reconhecem aquilo que vem aprendendo nestes tempos de assentamento, a partir das práticas agrícolas com as quais manejam a terra de trabalho: a prudência do plantio, em menor escala, como estratégia de reconhecimento das características do solo e dos vegetais, a importância da perseverança para realização de trabalhos que frutificarão apenas no médio ou longo prazo, a valorização da sensibilidade inerente ao sentimento de amor com que cuidam da terra, a noção de que tudo na natureza tem seu espaço, seu tempo, sua precisão. Por fim, a satisfação de fazer o que se sabe e o que se gosta de fazer, mesmo ciente do pouco retorno financeiro gerado em relação ao trabalho árduo realizado, se expressa por sua vez no cuidado com que os/as assentados/as empenham o cultivo, a colheita e comercialização de seus produtos agrícolas, conforme entendem o exercício do trabalho na roça: “não é só vender e ganhar um troquinho lá.

É a vida do outro que interessa. O que interessa é a vida do outro” (VI).

4 Conclusão

Neste artigo, reconhece-se a luta pela terra, enquanto prática social geradora de processos educativos, compreendidos a partir da análise dos movimentos dinâmicos e contingenciais de resistência presentes nas trajetórias de camponeses/as viventes em um assentamento da reforma agrária no Brasil. Entre os processos revelados, destaca-se aqueles relacionados: I) às distintas formas de conscientização do contraditório vivenciado no decorrer de suas experiências de roça e de cidade; II) aos aprendizados relacionados ao enaltecimento da importância do trabalho agrícola para a reprodução social das famílias e ao amor pelo sustento direto tirado do trabalho na terra; III) à capacidade de resistência adquirida frente às diversas situações degradantes vivenciadas no decorrer do processo de luta pela terra; IV) à significação do trabalho na roça e da temporalidade envolvida nesta relação prático-produtiva de provimento do sustento por seu intermédio, envolvendo luta pela permanência e persistência das pessoas no campo, bem como cuidado amoroso com a terra, compreendida, enquanto bem natural indispensável tanto para a vida humana, quanto para dos demais seres vivos, e da própria Terra, entendida como organismo vivo.

De tal modo, a educação como expressão da luta pela terra se revelou enquanto possibilidade de realização do trabalho produtivo na terra, que aos/as agricultores/as se expressa enquanto ato autônomo de criação e significação do mundo, como forma de manifestação de modos dignos de viver, de reproduzir e de representar a vida, com a perene conscientização acerca do respeito à diversidade da terra, da flora, da fauna e de outrem, entendidos de modo integrado e interdependente. Finalmente, tal fenômeno se manifestou enquanto elo entre a infância, a saída e o regresso ao campo, dando unidade à intencionalidade presente nas ações dos/as assentados/as nestes muitos anos dedicados à resistência. Considera-se, todavia, que ainda se vive sob as sombras de violento passado colonial, ora colonialista, e que por mais que se mirem aspectos diversos da vida no campo ensejada pelos/as camponeses/as assentados/as, a prática social da luta pela terra ainda se perpetua como componente central para compreensão da questão agrária no Brasil.

Referências

- ALIMONDA, H. La Colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. *La naturaleza colonizada. ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires: Clacso – Ciccus, 2011. p.21-60.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 1988.
- DELGADO, G.C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século*

(1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ESCRIVÃO FILHO, A. *Uma hermenêutica para o programa constitucional do trabalho rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, B.M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2001, Santiago de Chile. *Anais...* Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FIORI, E.M. Conscientização e educação. In: FIORI, E.M. *Educação e política: textos escolhidos – volume 2*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p.83-104.

GARNICA, A.V.M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. *Interface, Com. Saúde Educ.* v.1, n.1, p.109-122, 1997. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32831997000200008>

LARROSA-BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Rev. Bras. Educ.*, n.19, p.20-28, 2002. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>

MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J.; BICUDO, M.A.V. *A pesquisa qualitativa em psicologia, fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes EDUC, 1989.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

OLIVEIRA, M.W. et al. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisas em espaços sociais. In: OLIVEIRA, M.W.; SOUSA, F.R. *Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p.29-46.